



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJAS
CÂMARA MUNICIPAL - PODER LEGISLATIVO



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

O presente documento busca materializar a sub etapa denominada Estudos Preliminares da etapa de Planejamento da Contratação, prevista no Art. 20, inciso I, da IN SEGES/MPOG nº 05, de 25 de maio de 2017.

DO OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA TREINAMENTO SOBRE DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, E GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS CONFORME AS DISPOSIÇÕES DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES. VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS/PA.

DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

A contratação em questão objetiva suprir as necessidades da Câmara Municipal com a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA TREINAMENTO SOBRE DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, E GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**, tendo em vista as mudanças e atualizações diante a publicação da Lei 14.133/2021, Nova Lei de Licitação e Contratos, tem-se a necessidade de treinamento para servidores que atuam no setor de licitações, compras, contratos e jurídico. O treinamento direciona os servidores no processo de reorganização e adaptação da Lei no que tange o bom andamento da administração Pública.

Com o advento da Lei nº 14.133, de 2021, passou a ser exigida a adoção de diversos controles e procedimentos relativos às contratações diretas por Dispensa e Inexigibilidade de Licitação, que antes não tínhamos na norma geral de licitação.

A autuação do processo administrativo de contratação direta passou a ser mais complexa e exige novos artefatos, inclusive de planejamento, além de novas exigências afetas ao cumprimento do princípio constitucional da publicidade. A Secretaria de Gestão do Ministério da Economia editou a Instrução Normativa nº 67, de 8 de julho de 2021, criando o Sistema de Dispensa Eletrônica, disciplinando o uso da contratação direta da nova lei de licitações e trazendo diversas soluções novas em relação aos procedimentos adotados no processo administrativo de contratação direta, especialmente em relação ao uso da disputa como forma de seleção do fornecedor.

A capacitação dos servidores da Câmara Municipal de Canaã dos Carajás, tem por objetivo permitir que após o final do curso eles consigam identificar e discutir os



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJAS
CÂMARA MUNICIPAL - PODER LEGISLATIVO



fundamentos da contratação direta, além de conseguir operacionalizá-las na prática assim como inexigibilidade, gestão e fiscalização de contratos. Tem por objetivo também nivelar conhecimentos e mitigar assimetrias de informação, para que assim consigamos aumentar da eficiência e da segurança jurídica da contratação pública.

O Acórdão nº 3.707/2015 – TCU – 1ª Câmara 1.7.1 Recomendar ao omissis, com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, que: 1.7.1.1 promova a capacitação continuada dos agentes responsáveis pela elaboração de procedimentos licitatórios e adote, formalmente, medidas administrativas que coibam a restrição à competitividade na elaboração de procedimentos licitatórios; Acórdão nº 1.709/2013 – TCU – Plenário Acórdão (...) 9.1.3. institua política de capacitação para os profissionais do (omissis), de forma regulamentada, com o objetivo de estimular o aprimoramento de seus recursos humanos, especialmente aqueles correlacionados com as áreas de licitações e contratos, planejamento e execução orçamentária, acompanhamento e fiscalização contratual e outras áreas da esfera administrativa, de modo a subsidiar melhorias no desenvolvimento de atividades nas áreas de suprimentos/compras, licitações/contratos e recebimento e atesto de serviços."

A capacitação dos servidores, permite que após o final do curso eles consigam identificar e discutir os fundamentos da contratação direta, além de conseguir operacionalizá-las na prática. Tem por objetivo também nivelar conhecimentos e mitigar assimetrias de informação, para que assim consigamos aumentar da eficiência e da segurança jurídica da contratação pública.

DO ESCOPO DO TREINAMENTO:

Nome do Curso: Treinamento Online de Dispensa e Inexigibilidade de Licitação e Treinamento de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos na Nova Lei de Licitações Presencial.

A participação do treinamento objetiva a qualificação/capacitação e atualização dos servidores, visando o aprendizado sobre temas como:

Treinamento Online de Dispensa e Inexigibilidade de Licitação.

Modalidade: EaD – Ao vivo

Data de realização: Dias 26 e 27 de Fevereiro

Carga horária: 10 horas

Horário: 13 horas às 18 horas

Local de realização: Online pela plataforma ZOOM

Certificado: Tem como requisito a avaliação que será disponibilizada pelo Professor após a conclusão da capacitação online.

Conteúdo Programático:

1. Processo de Contratação Direta

- Documento de formalização de demanda
- Estimativa de despesa
- Parecer jurídico e pareceres técnicos
- Demonstração da compatibilidade
- Comprovação de que o contratado preenche os requisitos

2. Inexigibilidade de Licitação

- Inviabilidade de competição



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJAS
CÂMARA MUNICIPAL - PODER LEGISLATIVO



- Contratação de profissional do setor artístico
- Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização:
 - a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos;
 - b) pareceres, perícias e avaliações em geral;
 - c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;
 - d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;
 - e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;
 - f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;
 - g) restauração de obras de arte e de bens de valor histórico;
 - h) controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais etc.
- Empresário exclusivo a pessoa física ou jurídica
- Vedações de subcontratação de empresas ou a atuação de profissionais

3. Dispensa de Licitação

- Valores inferiores a R\$ 100.000,00 (redação original)
- Valores inferiores a R\$ 50.000,00 (redação original)
- Bens, componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira
- Produtos para pesquisa e desenvolvimento
- Aquisição de medicamentos definidas pelo Ministério da Saúde
- Casos de emergência ou de calamidade pública
- Contratação para o Sistema Único de Saúde (SUS)
- Profissional técnico de notória especialização
- Preço contratado seja compatível com o praticado no mercado
- Divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial
- Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)
- Procedimentos especiais instituídos em regulamentação específica
- Responsabilidade dos agentes públicos - situação emergencial
- Contratações de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais)

Treinamento de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos na Nova Lei de Licitações Presencial.

Modalidade: Presencial

Data de realização: Dias 03, 04 e 05 de Abril

Carga horária: 24 horas aula

Horário: 1º dia 08:00 às 18:00 (Intervalo Almoço 12:30 às 13:30)

2º dia 08:00 às 18:00 (Intervalo Almoço 12:30 às 13:30)

3º dia 08:00 às 15:00 (Intervalo Almoço 12:30 às 13:30)



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJAS
CÂMARA MUNICIPAL - PODER LEGISLATIVO



Local de realização: prédio da sede administrativa da Câmara Municipal, localizado na Av. José Maria Primo, Qd 58, Lt. 17, Área B, CEP 68.350-311 – Bairro Ouro Preto, cidade Canaã dos Carajás

Certificado: Tem como requisito a avaliação que será disponibilizada pelo Professor após a conclusão da capacitação.

Conteúdo Programático:

- Formalização dos contratos, Cláusulas contratuais
- Prerrogativas da Administração, Regimes de execução
- Matriz de risco, Garantias contratuais
- Duração do contrato, Fiscalização, Consórcio
- Subcontratação, Alterações contratuais
- Prorrogações de prazo, Alterações de preços
- Recebimento do objeto, Pagamento, Remuneração variável
- Instrumento de medição de resultado, Hipóteses de extinção
- Sanções administrativas, Nulidades dos contratos
- Meios alternativos para resolução de controvérsias
- Regulamentações necessárias

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

A Contratada será responsável:

- Ministrar as matérias constantes do programa do evento, atendendo à carga horária prevista na proposta;
- Fornecer, ao término do evento, certificado aos servidores participantes;
- Disponibilizar todo o material pedagógico necessário à participação dos servidores no curso;
- Manter a qualidade pedagógica dos serviços prestados;
- Cumprir os prazos estabelecidos para conclusão do conteúdo programático;
- Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução dos serviços sem prévia anuência da Câmara Municipal;



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJAS
CÂMARA MUNICIPAL - PODER LEGISLATIVO



- A empresa estará sujeita às normas do Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 1990;

A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios Previstos neste Estudo Técnico Preliminar.

O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no Termo de Referência e na legislação vigente.

A fiscalização da execução dos serviços abrange todos os procedimentos constantes relativos às metas definidas no Termo de Referência ou Contrato, caso as determinações não sejam cumpridas, serão aplicadas as devidas sanções e penalidades.

QUADRO DE ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM LICITADAS

PLANILHA DESCRITIVA

ORDEM	UNIDADE	QUANTIDADE	SERVIÇO
01	Serviço	15	CURSO DE DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
02	Serviço	40	CURSO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS COM GESTÃO DE FISCALIZAÇÃO NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES.

JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR:

A Nova Lei de Licitações, Lei nº 14.133/21, recentemente promulgada, trouxe significativas alterações nas regras e procedimentos para contratações públicas. A Câmara Municipal de Canaã dos Carajás reconhece a importância de adequar seus servidores às novas normativas, visando o cumprimento eficiente das obrigações legais, transparência nos processos e aprimoramento da gestão pública nos serviços de acordo com a demanda necessária no decorrer de 4 (quatro) meses.

Compete destacar, que a legalidade dos atos é uma condição para o bom andamento dos procedimentos administrativos e, por esta razão, para que a Administração desenvolva de forma eficiente e célere, é necessária à contratação dos serviços e demais a serem utilizados no melhoramento das atividades da administração desta casa de leis.



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS
CÂMARA MUNICIPAL - PODER LEGISLATIVO



ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Com base do Mapa de Apuração, apresentamos por meio da tabela abaixo o preço médio da estimativa do serviço pretendido na presente contratação:

Nº	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UNIDADE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	CURSO DE DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	Serviço	15	R\$ 2.000,00	R\$ 30.000,00
02	CURSO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS COM GESTÃO DE FISCALIZAÇÃO NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES.	Serviço	40	R\$2.062,72	R\$82.509,00
Total:					R\$112.509,00

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO:

Os resultados pretendidos com a presente contratação são:

Em relação à eficácia: atendimento de todas as demandas, no suporte à atividade finalística.

Quanto à eficiência: assegurar a continuidade da prestação de tais serviços setor licitatório.

- Identificar corretamente situações de dispensa e inexigibilidade.
- Elaborar documentos necessários para processos de licitação.
- Gerenciar e fiscalizar contratos administrativos de forma eficiente.
- Aplicar as novas regras da Lei de Licitações de maneira adequada.

Com a contratação dos serviços busca-se também, atender ao princípio da economicidade, cuja meta é a obtenção da melhor relação custo-benefício para profissionalizar os servidores.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.

A presente contratação está fundamentada na Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. O objeto em questão será contratado com fundamento no artigo 74, inciso III, Letra "f", da referida Lei:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: (...)



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJAS
CÂMARA MUNICIPAL - PODER LEGISLATIVO



III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação: (...)

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

PROVIDÊNCIAS ANTERIORES À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

A priori, nenhuma alteração/adequação do ambiente da Diretoria da Câmara Municipal será necessária para o atendimento desta demanda.

POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS:

Será recomendado a empresa CONTRATADA, conforme previsão neste instrumento, que a mesma deverá adotar práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, mediante orientações do art. 6º da IN nº01/2010 (Compras Sustentáveis).

DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

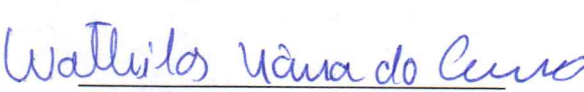
A Câmara Municipal de Canaã dos Carajás/PA, através da Diretoria Municipal da Câmara, necessita desta contratação de empresa especializada para treinamento sobre dispensa e inexigibilidade de licitação, e gestão e fiscalização de contratos administrativos conforme as disposições da nova lei de licitações, atendendo as necessidades específicas da Câmara Municipal de Canaã dos Carajás/PA.

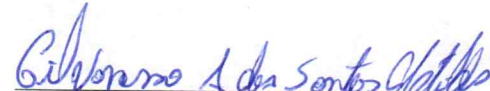
Espera-se com esta iniciativa, dar mais organização, celeridade e eficiência ao serviço executado por pelos servidores desta casa de leis, bem como economia de gastos.

Portanto, faz-se necessário e indispensável à contratação do objeto licitado.

Canaã dos Carajás, 20 de Fevereiro de 2024.


Roberta dos Santos Sfair
Controladora Interna
Portaria nº 008/2024


Whatilas Viana do Carmo
Diretor Geral
Portaria nº 002/2024


Gilvanesso Antônio dos Santos Clotildes
Setor de Compras
Câmara Municipal da Canaã dos Carajás – PA